



ASOJUBS
SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

O Processo

Informativo da Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo • Ano 2 • Edição 4 • 2007

SPPREV : uma arma apontada para o servidor



Novo sistema previdenciário, proposto pelo governo tucano, acabará com direitos históricos conquistados pelos servidores, além de permitir a transferência dos "Lei 500" para o INSS. Páginas 4,5 e 6



Servidores LUTAM por melhores salários

Uma multidão de trabalhadores protestaram em frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, unidos por uma única causa - Página 3



Desembargadores e Magistrados de São Paulo continuam com supersalários

Página 3

Assojubs firma novos convênios com instituições de ensino - Página 15

EDITORIAL

Nenhum direito a menos

No final da década de 80, houve comemoração mundial com a queda do muro de Berlim.

O muro simbolizava a divisão entre a Europa ocidental e a oriental, entre o sistema capitalista e o sistema socialista.

Houve uma euforia amplamente divulgada pela mídia sobre a liberdade que os países do bloco socialista alcançavam com a queda do Muro de Berlim, que foi o histórico estopim para meses depois acabarem praticamente todos os regimes socialistas da Europa oriental.

Realmente os regimes eram ditatoriais e o socialismo praticado era na verdade um capitalismo de estado, recheado de regalias para as cúpulas dos partidos comunistas desses países.

A Liberdade obtida, entretanto, estava mais relacionada à liberdade de consumir dentro do capitalismo, que voltava a se instalar nesses países, do que de fato a liberdade como

princípio filosófico e individual.

Afinal de contas no capitalismo a liberdade só é garantida também para quem pode pagar por ela ou consumi-la. A liberdade de ir e vir, por exemplo, restringi-se a ida e volta ao trabalho, ou resume-se ao próprio bairro, quando o cidadão não possui recursos financeiros para passear ou viajar, ou seja, para pagar seu direito de ir e vir.

A liberdade de expressão depende do quanto sua expressão consegue atingir as outras pessoas, enfrentando mega-conglomerados de mídia ou a repressão policial, quando suas manifestações incomodam as autoridades.

Esta reflexão se encaminha para chegarmos a um ponto que vivenciamos hoje.

Apesar das controvérsias e debates a cerca do significado da queda do muro de Berlim, um dado é concreto: com o capitalismo tornando-se o único sistema mundial de produção e circulação de mercadorias, acabou definitiva-

mente o chamado estado de bem estar social, ou seja, o conjunto de direitos trabalhistas e práticas econômicas e sociais que vigoravam nos países capitalistas, como o Brasil, e que serviam de contraponto para impedir a disseminação dos ideais socialistas e conter as ações reivindicativas dos trabalhadores.

Sem a ameaça comunista o capitalismo escancarou de vez sua ganância desumana pelo lucro, e para aumentar os lucros é preciso diminuir salários e cortar direitos.

É isso que vivemos hoje em dia, e enfim este texto chega o ponto de relacionar esse conjunto de causas e efeitos com um que vai diretamente atingir você servidor do judiciário: A mudança do sistema previdenciário para a SPPREV.

A mudança definida na constituição visa acima de tudo diminuir ou retirar direitos, seja através dos aumentos dos descontos, seja através da exclusão de parte do funcionalismo do seu atendimento.

Some-se a isso o não cumprimento da lei da database por parte do TJ, ignorando a lei, e na prática retirando um direito que pertence aos trabalhadores da justiça.

Contra tudo isso só nos resta nos mobilizar, apoiado pela esperança do significado do ato conjunto do funcionalismo em 28 de janeiro deste ano que reuniu mais de 2 mil pessoas na frente do Palácio dos Bandeirantes. Ou pelo significado dos 6 mil trabalhadores que se reuniram no Encontro Nacional, realizado em São Paulo, no dia 18 de março, organizado pela Conlutas e pela Intersindical, movimentos que buscam se unificar para lutar contra a reforma trabalhista e a nova reforma previdenciária do governo Lula.

Portanto precisamos nos mobilizar, organizar nossa luta, para garantir nossos direitos trabalhistas e sociais, e avançar nas conquistas.

Conclamos todos os companheiros a unirem-se nessa luta e somar vozes nesse coro: "Nenhum direito a menos"

ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- ASSOJUBS -

EDITAL

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJUBS**, **Hugo Rogério Nicodemos Coviello** no uso de suas atribuições estatutárias, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **DESIGNA O DIA 07 DE MAIO DE 2007 PARA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, na Cantina da Entidade, sito à **Av. São Francisco nº 278**, às 19:00 horas, em 1º convocação, para deliberar sobre a ordem do dia abaixo descrita, sendo necessário o quorum mínimo de 1/5 dos associados para abertura da Assembléia. No caso de não haver quorum mínimo dos associados em 1ª convocação, será feita a 2ª convocação às 19:30 horas, onde então será declarada aberta a Assembléia com no mínimo 1% dos associados, bastando à maioria simples dos votos dos associados presentes para as aprovações da pauta abaixo:

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS – PERÍODO 2006**
Santos, 02 de abril de 2007.

HUGO ROGÉRIO NICODEMOS COVIELLO
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- ASSOJUBS -

EDITAL

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJUBS**, **Hugo Rogério Nicodemos Coviello** no uso de suas atribuições estatutárias, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **DESIGNA O DIA 07 DE MAIO DE 2007 PARA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, na Cantina da Entidade, sito à **Av. São Francisco nº 278**, às 20h 00, em 1º convocação, para deliberar sobre a ordem do dia abaixo descrita, sendo necessário o quorum mínimo de 1/5 dos associados para abertura da Assembléia. No caso de não haver quorum mínimo dos associados em 1ª convocação, será feita a 2ª convocação às 20h 15, onde então será declarada aberta a Assembléia com no mínimo 1% dos associados, bastando à maioria simples dos votos dos associados presentes para as aprovações da pauta abaixo:

- **ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA REPRESENTAR A ASSOJUBS NO CONGRESSO DO 1º CONGRESSO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA JUSTIÇA, EM BRASÍLIA.**

Santos, 02 de abril de 2007.

HUGO ROGÉRIO NICODEMOS COVIELLO
PRESIDENTE

ACIMA DO TETO

Supremo e CNJ autorizam supersalários

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) liberou o pagamento de salários acima do teto do funcionalismo público para desembargadores de quatro Tribunais de Justiça (TJs) do País. O limite do funcionalismo é de R\$ 24.500, correspondente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Além de São Paulo, os supersalários foram liberados em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

O CNJ também derrubou o subteto da justiça estadual que era de R\$ 22.111 e equiparou com o teto do STF. Em São Paulo, foram beneficiados cerca de 750 magistrados. Os desembargadores paulistas poderão continuar recebendo duas verbas extrateto: uma chamada sexta parte, obtida com o aumento de um sexto após 20 anos de serviço, e o adicional por tempo de serviço até 35% (5% a cada cinco anos).

Os supersalários foram expostos na mídia depois de um levantamento do CNJ sobre a situação salarial do Judiciário, que mostrou a existência de 2.978 servidores ganhando acima do teto, em 19 TJs.

Logo após a decisão do STF derubar o subteto da justiça estadual, o



jornal Folha de S. Paulo já noticiava que integrantes do Ministério Público Estadual já se preparavam para deflagrar um movimento em busca do mesmo benefício.

Na opinião de especialistas, a decisão do Supremo de elevar o teto da Justiça estadual decreta o fim do teto do funcionalismo público. Ministros e advogados afirmaram à Agência Estado que a decisão do STF abriu as portas para que outras categorias reivindiquem o recebimento de gratificações com o objetivo de aumentar os salários e ultrapassar o teto nacional.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, afirmou que a decisão do STJ foi um

"gol contra no sistema de orientação para a sociedade". Na mesma reportagem publicada no início de março, o presidente da OAB disse que a fixação do teto salarial do funcionalismo público e a esperada diminuição dos supersalários teriam um efeito moralizador. "Era uma orientação saneadora, moralizante e correta".

O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, anunciou, logo após as decisões do CNJ e STF, que "algumas coisas parecem equivocadas" e que irá analisar a decisão de equiparar o teto e liberar a continuidade do recebimento de benefícios que elevam o salário de alguns servidores para mais do teto do funcionalismo.

OPINIÃO

Tudo acaba em pizza

Mais uma vez acabou em pizza a tentativa de barrar os supersalários nos Tribunais de Justiça. No início de março o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu que juízes e desembargadores estaduais continuem recebendo mais que o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STJ) - R\$ 24.500.

O CNJ liberou o pagamento de gratificações que elevam os vencimentos dos magistrados. Esse entendimento foi tomado pelo CNJ ao analisar os casos de salários superiores ao teto pagos pelos TJs de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Enquanto nós, servidores do Judiciário, passamos por verdadeiras batalhas para conseguirmos aumentos pífios, os marajás do TJ não tiveram suas regalias cortadas.

E é aqui, em São Paulo, onde há o maior número de vencimentos superiores ao teto do STF. Em novembro do ano passado, o CNJ fez um levantamento que mostrava que 19 tribunais pagavam salários acima do teto. De acordo com o estudo, os magistrados ganhavam em média R\$ 3.491,93 acima do teto.

Especialistas acreditam que a decisão de manter os supersalários representa o fim do teto salarial do funcionalismo público, abrindo a porta para que outras categorias reivindiquem abonos e gratificações acima do normal. Mas, como sempre, não serão os servidores da base, com os menores salários, que serão beneficiados.

Apesar da discussão sobre os salários fora da realidade nacional dos magistrados ter sido um avanço para a democracia e o debate aberto, as organizações que deveriam orientar o Estado em um caminho de evolução e igualdade mais uma vez mostraram que não são capazes de garantir a justiça e impedir as farras feitas com o dinheiro público.

Presidente do Tribunal com o maior número de supersalários, o desembargador Celso Luiz Limongi, afirmou, em fevereiro, que não existem marajás no TJ-SP, mesmo tendo na folha de pagamento 1.208 servidores ganhando acima do teto.

Limongi também considerou que manter os benefícios dos magistrados é uma questão de justiça. Nós não chamamos a manutenção de regalias como justiça, mas sim de falta de ética e de vergonha.

EXPEDIENTE



Diretoria
Hugo Coviello - presidente
Paulo Pompeu - vice-presidente
Adelson Gaspar - secretário
Maria Kill Castro- tesoureira
Marcio Paiva - atividades sociais e culturais
Laércio Armesto - atividades esportivas
Paulo Sampaio - patrimônio
Alexandre dos Santos - convênios

Conselho Deliberativo
Mário Rosa - comarca de Santos
Reginaldo Ramos - comarca de Santos
Ana Lucia Grijó - comarca de Santos
Marcus Thomaz - comarca de Santos
Eduardo Requejo - comarca de São Vicente
Riberto Cacheiro - comarca de Praia Grande

Diretor Responsável:
Paulo Rogério Pompeu (vice-presidente, acumulando a Diretoria de Comunicações)
Redação e Edição: Hugo Coviello
Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Tiragem: 2000 exemplares
Impresso: Gráfica Diário do Litoral

ASSOJUBS – Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo
Endereço: Av. São Francisco, 276 / 278 – Centro – Santos – S. P. Cep: 11013-202
telefone: 3223-2377 • e-mail: assojubs@assojubs.com.br • internet: www.assojubs.com.br

PREVIDÊNCIA

SPPREV: o novo contra os serviços

Quando pensamos que tudo o que poderia ser feito pelos governos - federal e estadual - para prejudicar trabalhadores do serviço público foi realizado, chega uma hora em que percebemos que o fundo do poço em que estamos sendo jogados é ainda mais profundo.

A nova e poderosa arma do Governo Serra (PSDB/ PFL/ PPS) contra os servidores tem nome: SPPREV.

Repetimos: SPPREV, ou São Paulo Previdência. Guarde este nome porque ele ainda vai lhe trazer muita dor de cabeça. Caso você seja servidor público pela Lei 500 ou temporário - ACT, OFA - a SPPREV poderá não só lhe dar muita dor de cabeça, como, a médio prazo, custar seu emprego.

Se você for servidor efetivo, e do tipo individualista, não fique aliviado porque apenas seu colega Lei 500 é que está arriscado. Você servidor efetivo solidário, ou não, participante ou não das lutas da categoria, também vai pagar o pato. E vai pagar mais caro.

Ficou assustado? Fique mesmo. Infelizmente esta deve ser a mais dramática luta dos servidores públicos nos últimos tempos. Pode também ser a última para muitos deles.

Efeito das reformas

Explica-se: A lei federal 9717/98 que regulamentou o regime previdenciário a nível nacional, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a qual ficou conhecida como a pri-

meira reforma da previdência, obrigou os estados a criarem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPSP ou RPP como ficou mais conhecido).

Estes regimes próprios devem substituir os atuais Institutos de Previdência e Caixas de Pecúlio e Pensão, nos Estados e municípios onde eles existem, unificando os

brigando os Estados de arcar com os custos da previdência de seus servidores - o mesmo Estado que durante anos causou rombo na previdência dos servidores - facilitando a criação dos fundos de aposentadoria complementar. Ainda por cima, abrindo caminho para a futura privatização dos regimes previdenciários, o grande objeti-

do PT como do PSDB, optam por realizar ataques alternados e gradativos que vão acostumando o público em geral, através da manipulação da mídia, e enfraquecendo os setores atingidos.

Não é a toa que Fernando Henrique, do PSDB, começou o serviço sujo da reforma da previdência, alterando o sistema de tempo de

ação dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos afirma que esses novos sistemas são destinados apenas para os servidores "titulares de cargos efetivos".

São Paulo terá que organizar o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público. Entretanto, o projeto para regulamentar o regime, apresentado pelo governo do estado — Projeto de Lei Complementar nº 30 — combinado com os PLCs 31 e 32, que cria uma nova autarquia neste sentido, a São Paulo Previdência (SPPREV), baseada na lei federal 9717/98, não cita em nenhum momento a questão dos Lei 500 ou temporários, e suas regulamentações serão realizadas até 180 dias após a aprovação do PLC na Assembléia Legislativa.

Ou seja, após a aprovação do Estado, que vai indicar seis, dos oito componentes do conselho administrativo da SPPREV, recebe um cheque em branco para definir o novo sistema de previdência dos servidores paulistas.

O modelo de administração da SPPREV definido no PLC 30 é totalmente anti-democrático e centralizador, na medida que a participação dos representantes dos trabalhadores em atividade e dos aposentados é insignificante. Entre oito administradores apenas dois representarão os trabalhadores do serviço público, ativos e aposentados.

O modelo dos governos Alckmin-Serra fere inclusive a Constituição Federal, que no capítulo sobre Seguridade Social, onde se en-



sistemas. Acabam, por exemplo, a separação de sistemas de previdência entre servidores civis e militares (PM) e passam a funcionar com uma regulamentação que segue os parâmetros dispostos na Reforma da Previdência.

Resumidamente, e a grosso modo, poderíamos dizer que a regulamentação dos Regimes Próprios de Previdência procura deso-

vo dos governos liberais e neoliberais.

Esta tática não é nova. Chama-se "comer pelas beiradas", o que evita fortes resistências e enfraquece as categorias atingidas paulatinamente. Assim, ao invés de diretamente confrontar-se com os trabalhadores do serviço público ou do setor privado, os governos, tanto federal como estadual, tanto

serviço para tempo de contribuição e outras regulamentações gerais que afetaram mais os celetistas. Enquanto Lula, do PT, deu mais um passo - ou seria uma porrada - regulamentando tetos para o setor público e idade, além do aumento das contribuições.

O modelo tucano

A lei 9717/98 que regulamenta a cri-

Novo ataque servidores públicos

contra a Previdência Social, e, portanto, os sistemas de previdência, aponta para a necessidade da gestão democrática desses sistemas previdenciários, contando com a participação de representantes do governo, dos aposentados, dos servidores em atividade e da sociedade civil.

Destino dos Lei 500 e temporários: INSS e CLT

Devemos deixar claro: caso a SPPREV seja aprovada na forma em que se encontra hoje (PLC 30), "os servidores lei 500, no dia seguinte à essa aprovação, passam a fazer parte do INSS".

Para aqueles servidores incrédulos, que equivocadamente confiam mais no patrão, no empregador, do que nos seus companheiros de categoria, avisamos que a frase acima foi dita pelo juiz assessor da presidência do TJ, Ronnie Herbert, em mesa de reunião (23/02) no Palácio da Justiça, em São Paulo.

Recentemente no final de março, nós da ASSOJUBS, obtivemos a informação de um membro da cúpula do TJ, o qual resguardaremos o nome, que confirmou que a aprovação do SPPREV da forma que está hoje na Assembleia Legislativa, combinada com a manutenção do regime jurídico de contratação dos Lei 500, levam a uma separação em que farão parte da SPPREV apenas os servidores efetivos, enquanto os servidores lei 500 obrigatoriamente passam a fazer parte do INSS, seguindo toda a regulamentação do INSS, seja para apo-

sentadorias, licença-saúde, etc.

Isso significa que um servidor do TJSP, por exemplo, um escrevente, cujo salário inicial de carreira, sem benefícios de tempo, é por volta de R\$ 2.528,00, ao se aposentar ficaria limitado ao teto do INSS, que é de R\$ 2.668,15..

Enquanto seguisse na ativa, também perderia o direito à licença-prêmio, quinquênio, e sexta parte. Isso porque não existem servidores Lei 500 ou temporários no INSS. Você não entendeu?

dia, perder uma série de direitos que possui enquanto Lei 500, ter seu teto de aposentadoria rebaixado e após anos de trabalho, ser um celetista sem um tostão de depósito para o FGTS, o fundo que garante o tempo de serviço de um trabalhador, em outras palavras, o fundo que inibe o empregador de demitir um funcionário sem que tenha que pagar por isso.

Pois é nesse futuro, não tão distante, mas com possibilidades bastante catastróficas, isso pode-

de 20 mil funcionários, a resposta foi lacônica e perturbadora: "Pois é, isso seria um problema, não queremos que chegue a isso...", acompanhado de um gesto de cabeça pra lá de negativo.

De fato, dentro do TJSP, existe uma forte resistência a aprovação da SPPREV.

O próprio Desembargador Celso Limongi, falou abertamente na reunião do dia 23/02 ser contrário ao projeto da SPPREV.

O problema para nós é que tal

gem desembargadores e magistrados podem ser resolvidos politicamente entre a cúpula do TJ e o governador Serra. Nesse caso o TJ teria que brigar apenas pelos funcionários e servidores.

Alguém acredita em tanta dedicação aos servidores do TJ, por parte dos desembargadores e magistrados?

Servidores efetivos

Os servidores efetivos, também pouco podem ficar tranquilos. A instituição da SPPREV significará aumento dos descontos previdenciários mensais.

Nos bastidores da Assembleia Legislativa já é dado como certo que com instituição e a regulamentação da autarquia o desconto passará a ser de 14%.

A longo prazo o desconto poderia chegar a até 22% segundo algumas informações. Tudo vai depender de como será regulamentada a SPPREV, e como foi destacado neste texto, a regulamentação será um verdadeiro "cheque em branco" para o governo do estado, que terá maioria no conselho administrativo da SPPREV (seis indicações contra duas dos servidores).

Assim aqueles servidores efetivos, mais individualistas, que não possuem espírito de solidariedade e poderiam dizer que não se preocupam com a SPPREV, pois não são Lei 500, devem se preocupar com seu próprio salário pois a instituição da nova autarquia previdenciária do Estado de São Paulo, significará a redução dos seus efetivos vencimentos.



É simples. Ao passar para o INSS o servidor deixaria de ter o seu regime de contratação regido pela Lei 500/74 e seu regime jurídico de contratação obrigatoriamente passaria a ser a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Mais claramente, assuste-se, se você é servidor lei 500, da noite pro dia deixaria de ser e se tornaria um servidor público celetista, sem nenhum depósito acumulado de FGTS.

Refletimos: você já imaginou, se tornar um celetista, da noite pro

ria acontecer. Os servidores Lei 500 ficariam na marca do penalty, regidos pela CLT e sem fundo de garantia anterior.

Pra aqueles que não acreditam, esse raciocínio nos foi passado durante uma conversa informal dentro do Palácio da Justiça, pelo mesmo componente da cúpula do TJ, que citamos anteriormente.

Quando indagado se nesse cenário o TJ, que alega não ter dinheiro nem pra pagar a reposição salarial, teria para pagar os encargos trabalhistas da CLT para mais

resistência é motivada por questões que desagradam aos magistrados, como o controle das suas aposentadorias, que hoje é feito pelo próprio TJ, passar para uma autarquia, a SPPREV, e por essa autarquia, não contar em sua regulamentação com dispositivos em que o Estado assegure a sua viabilidade financeira.

"Da forma que se encontra o projeto hoje o Estado não dá respaldo financeiro para a autarquia", segundo a mesma fonte.

Mas esses problemas que atin-

PREVIDÊNCIA 2

A questão financeira

O problema da criação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de São Paulo, através da autarquia chamada SPPREV, apresenta outro problema: como resolver a questão financeira do atual Instituto de Previdência, o IPESP.

O governo do Estado ainda não reconheceu e não apresentou definição sobre o que será feito com o passivo atuarial de R\$ 160 bilhões, conforme cálculos realizados por grupos técnicos organizados por entidades de representação dos servidores.

Passivo atuarial é o total de valores referentes a todos os recolhimentos feitos pelo servidor público, mensalmente e de forma compulsória, durante todos estes anos e que são encaminhados ao IPESP.

Esses valores acumulados compõem o patrimônio do servidor público, pois o desconto nos salários são os recursos destinados aos aposentados e pensionistas.

O sistema chamado tecnicamente de repartição, visa que esse patrimônio constituído ao longo dos anos seja repartido entre os aposentados, de acordo com os direitos e benefícios inerentes a cada cargo e carreira, através do que é chamado de pacto de gerações.

Pacto de gerações significa que os atuais servidores da ativa contribuem para pagar os que estão hoje aposentados, assim como os servidores vindouros contribuirão para pagar as aposentadorias dos que atualmente estão na ativa.

O problema é que o Estado que deveria contribuir com sua cota parte, - estipulada no dobro do que é descontado dos servidores, portanto 22% - destinando então o total de recursos a uma conta exclusiva de fundo previdenciário, não o faz há muitos anos, optando por complementar os valores que faltam para as aposentadorias de acordo com as ocorrências, ou seja, mensalmente.

Além disso, desde a instituição da chamada contribuição previdenciária, em 2002 promulgada por Alckmin, antes mesmo da Reforma da Previdência de Lula, aumentando em 5% os descontos sobre salários dos servidores, os recursos ficam direta-

mente à disposição da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Falta transparência na contabilização e utilização desses recursos por parte do governo do Estado.

Recentemente, o Secretário da Fazenda, no governo Serra, Mauro Ricardo Costa divulgou através de entrevista no jornal Estadão (O Estado de São Paulo - "Assembleia atrasa nova Previdência paulista", 25/03/2007, página A-18), de forma equivocada, porém conveniente para o governo, a informação que o déficit atuarial do estado é de R\$ 154 bilhões.

O secretário da fazenda esquece de comentar que o passivo atuarial é de 160 bilhões, portanto deveríamos contar com um superávit de 6 bilhões.

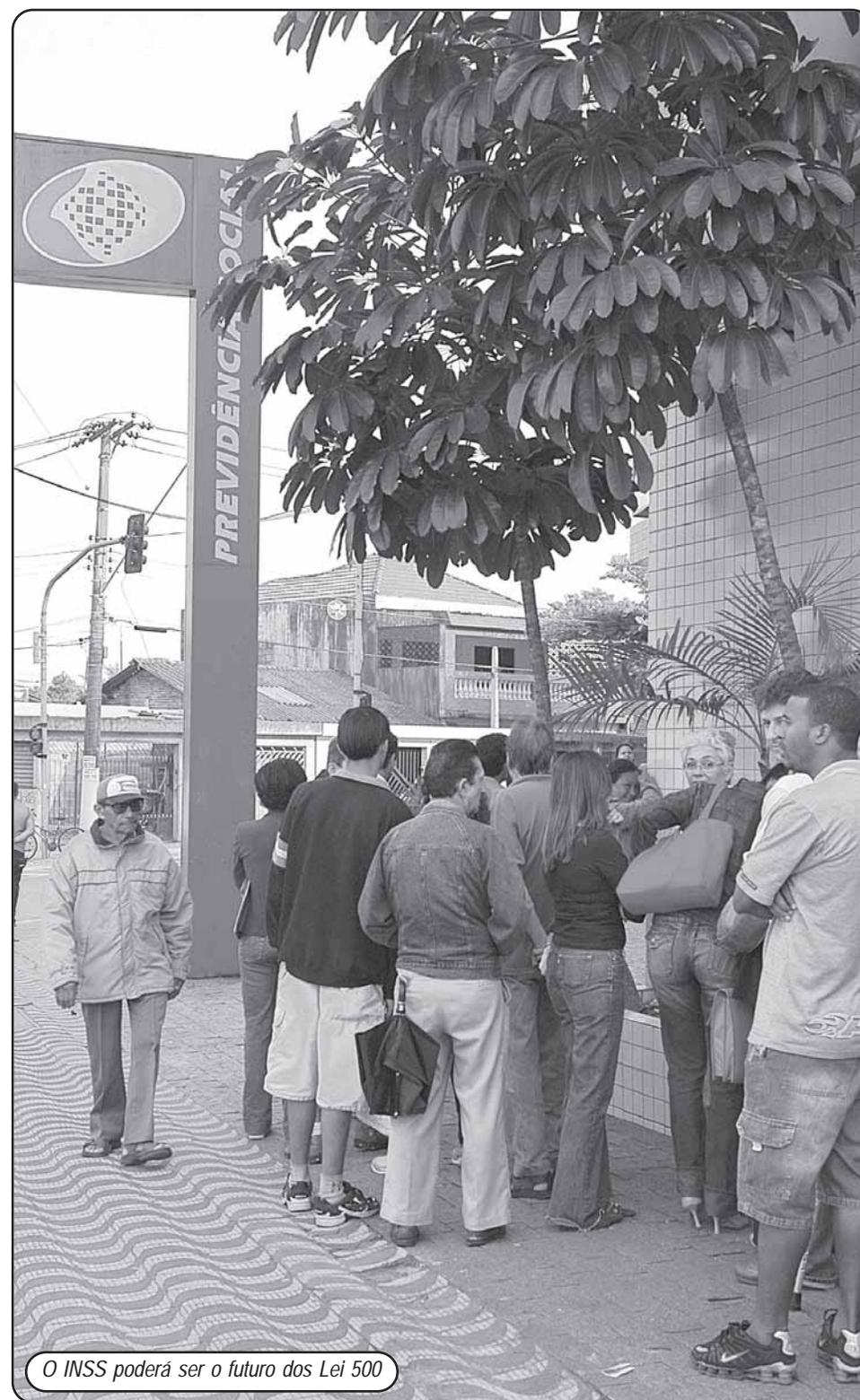
Podemos resumir a questão da seguinte forma: O governo do Estado publicamente tenta "queimar" os servidores públicos, falando o quanto saiu, mas se defende "esquecendo" de quanto entrou. O que o governo paga sai do bolso do servidor. A cota parte dele - do Governo - nunca foi paga. E os recursos são apenas do salário do servidor.

Do mesmo modo para o governo a previdência dos servidores públicos de São Paulo é deficitária, consumindo anualmente cerca de 10 bilhões, mas os servidores contribuem com 2,5 bilhões por ano desse total, e o governo como descrito acima não contribui com sua cota parte.

Para completar o quadro desfavorável aos Servidores Públicos o PLC 30 define a pretensão do governo do Estado em que o montante dos recursos recebidos dos servidores públicos, através da SPPREV, sejam aplicados no mercado de capitais.

Assim além de estimular o mercado financeiro, leia-se lucros privados de banqueiros e especuladores, o governo tuca-no, apoiado por PFL e PPS, impõe aos servidores os riscos dos mercados de capitais, nessa modalidade de sistema previdenciário que é chamada de capitalização.

Ao analisarmos em conjunto todas as medidas até agora apresentadas pelo governo do Estado, ou as declarações de seus secretários na mídia, podemos concluir que um dos objetivos de aprovar a SPPREV tal



Arquivo DL

qual apresentada através do PLC 30 é abrir caminho para as empresas de previdência privada constituírem os fundos de aposentadoria complementar e a longo prazo permitir que grupos financeiros gerenciem -

privatização - o sistema de previdência dos servidores públicos paulistas.

O futuro é agora. Quem não lutar agora, talvez não tenha mais nenhum momento pra lutar.

PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento

(da concentração de riquezas e retirada de direitos dos trabalhadores).

No final de janeiro de 2007, o presidente Lula lançou com grande alarde o Programa de Aceleração do Crescimento. Trata-se de um conjunto de medidas na área econômica através das quais o governo estabelece metas para o crescimento de 5% ao ano, sendo que para ser atingida tal meta o governo propõe um conjunto de medidas que visa combater os elementos que, segundo sua opinião, são responsáveis por estrangular o crescimento, ou seja, a insuficiência da infra-estrutura, focada na questão da energia e transportes, além de aspectos fiscais, regulatórios e tributários, buscando a remoção dos obstáculos "burocráticos, normativos e jurídicos". Entenda-se leis que "protegem" os trabalhadores, meio ambiente, etc.

A bem da verdade o PAC não avançou mais do que outros projetos que tentaram ser implementados, ao menos formalmente, no país, seja no governo de Fernando Henrique Cardoso ou mesmo no primeiro mandato de Lula. O projeto "Avança Brasil" do governo FHC resumia em linhas gerais o mesmo conteúdo e forma do PAC, prometendo R\$ 317 bilhões em investimentos para o período 2000-2003, para serem aplicados em algumas obras, principalmente de infra-estrutura, como a duplicação e recuperação de rodovias. No PAC a soma de gastos sobe para pouco mais de R\$ 500 bilhões, mais a lista de obras elencadas pelo projeto copia as obras do Avança Brasil, como a duplicação de um trecho da BR- 381 em Minas Gerais, da BR- 153 na divisa de Mato Grosso com Goiás, a conclusão da duplicação da BR-101 entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, etc.

Setores do empresariado, assim que o PAC foi anunciado, posicionaram-se criticando aspectos do programa.. Pensam estes empresários que o governo deixou de

aproveitar a oportunidade para avançar nas reformas tributária, previdenciária e na questão regulatória, leia-se acabar com determinadas leis que prejudiquem os interesses capitalistas, como a legislação ambiental.

As medidas que determinam a contenção de gastos públicos, recaindo esta contenção sobre os trabalhadores, foram consideradas tímidas pela burguesia. Uma delas, altera aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal, lei esta que determina limites para o pagamento de funcionários públicos. Segundo esta medida, o reajuste ao funcionalismo público poderá ser no máximo igual ao índice da inflação medido pelo IPCA, índice questionável por si mesmo, mais um reajuste de 1,5% ao ano para os funcionários dos 3 poderes. Note-se que este reajuste de 1,5% ao ano além da inflação não significa que este será o índice para todos os funcionários públicos, mas que ele poderá ser utilizado como parâmetro do aumento global da folha de pagamento, significando que determinadas categorias poderão ter aumentos maiores do que 1,5% mesmo que ainda sejam aumentos pífios, enquanto outras poderão nem receber aumentos.

Esta medida vai encontrar resistência por parte dos funcionários dos 3 poderes. Para os funcionários do poder executivo, que inclui serviços de educação, saúde, etc., este aumento de 1,5% acima da inflação pode significar aumento nenhum, já que a folha de pagamento global destes funcionários já possui um aumento anual vegetativo com índices até mesmos superiores a 1,5%, decorrentes de evolução funcional, quinquênios, etc.

Vale ressaltar que em 1995 os

gastos do governo com pessoal equivalem a 56,2% da Receita Corrente Líquida do Governo Federal e em 2005 esta percentagem caiu para 30,9%.

Outro ponto questionado pelos capitalistas e que já começa a ser atendido pelo governo, embora não com a rapidez que estes esperavam do governo, é a questão previdenciária. Os argumentos a favor de uma nova etapa na reforma da previdência se sucedem. A Previdência seria deficitária, na visão dos capitalistas e do governo, apenas em 2006 teria acumulado um déficit de mais de R\$ 42 bilhões. A população estaria envelhecendo e a expectativa de vida aumentando e a contribuição dos trabalhadores que estão na ativa não estaria dando para sustentar os "benefícios" dos trabalhadores aposentados.

Um dos grandes geradores deste déficit seria o excesso de "benefícios" por incapacidade, no Brasil 14% dos "benefícios" pagos seriam por incapacidade, enquanto os parâmetros. Quem sabe se o Brasil possuísse melhores condições de trabalho, maior salários, uma rede de proteção aos direitos do trabalhador consolidada estes auxílios-doença não seriam menores. Um professor numa sala de aula com 50 alunos trabalhando em 3 períodos graças aos seus parques vencimentos, um médico também tendo que se desdobrar em vários serviços, recebendo ameaças constantes e não tendo condições dignas de trabalho, um operário da construção civil que trabalha sem as mínimas condições de segurança, a violência generalizada presente na sociedade brasileira, motivada pela forma de organização social em que vivemos, são elementos que propi-

ciam contrair doenças, ficar incapacitado para o trabalho e até mesmo, um elemento proporcionalmente não muito relevante, mas que sempre é utilizado pelos burgueses, a existência de fraudadores do sistema de previdência, que existem fundamentalmente nas altas esferas do poder.

Em relação ao pagamento dos "benefícios" por incapacidade o governo já começa a tomar medidas para impedir o recebimento do auxílio doença e mudar o cálculo do pagamento do mesmo, como dissemos, sendo realizado em alguns lugares medidas que vão neste sentido como a questão da "alta programada" que obriga os trabalhadores a voltar ao trabalho mesmo sem condições de trabalhar. Em relação ao valor dos "benefícios", estes quase sempre são irrisórios para os trabalhadores que já recebem muito mal e passam, na maioria das vezes a receber menos quando estão "parados".

Mas, a grande questão é que este déficit da previdência inexistente, pois a arrecadação da previdência social não se dá somente através das contribuições sobre a folha de pagamento, como afirmam os economistas capitalistas e governamentais, a Constituição de 1988, que definiu a fontes de financiamento para a Seguridade Social, o que inclui áreas da previdência, assistência e saúde, define que também alguns impostos seriam utilizados para este fim, o que hoje inclui a Cofins, a CPMF e a CSLL. Assim, quando computadas todas as formas de financiamento verifica-se que a Seguridade Social é superavitária, e muito.

Mas, o que não fica claro é que quando os capitalistas criticam a previdência e a seguridade social,

eles não realizam a mesma análise em relação ao pagamento da dívida pública brasileira, seja ela interna ou externa que consumiu em 1995 18,75% do Orçamento da União, passando para 42,45% em 2005 depois dos mandatos de FHC e do primeiro de Lula. Por outro lado, os gastos com a Previdência e Assistência Social que correspondiam a 34,05% caiu para 31,06% no mesmo período e os outros gastos do Orçamento, incluindo educação, saúde, habitação, saneamento, etc, caíram de 47,20% para 26,49% no mesmo período. Enquanto o nosso dinheiro escorre para pagar os serviços da dívida, há o sucateamento geral dos serviços públicos no Brasil e ainda querem acabar com as mínimas garantias da previdência social.

Estas questões do pagamento do funcionalismo público, da forma estabelecida para o aumento do salário mínimo e sobre a questão da previdência social encontram-se na proposta do ex-inimigo e agora amicíssimo de Lula, Delfim Netto, que defende o "Déficit Nominal Zero" que consistiria no aumento do superávit primário para o pagamento de todos os juros da dívida pública e como o já apertado superávit hoje equivale a metade dos juros Delfim propõe o corte nos gastos sociais por um período de 10 anos como forma de viabilizar o pagamento dos encargos da dívida, ou seja, para os banqueiros tudo, para o povo...

Enfim, o Programa de Aceleração do Crescimento favorece apenas os grandes capitalistas, esfolando um pouco mais os trabalhadores para que os benefícios fiquem com o capital "nacional", ou com os exploradores gringos e sejam aumentados. Novamente quem arca com o ônus das reivindicações burguesas são os trabalhadores.

Este texto foi elaborado pelo Coletivo Participação e Luta, oposição na APEOESP da Baixada Santista

LUTA

Dois mil servidores participam do Ato Unificado

Cerca de 2 mil servidores públicos estaduais participaram do terceiro ato da Campanha Salarial Unificada. Representantes de várias categorias reuniram-se em frente ao estádio do Morumbi, na tarde da última quarta-feira, dia 28, em São Paulo, de onde partiram em marcha para o Palácio dos Bandeirantes (sede do governo do Estado). Mas a manifestação foi marcada, mais uma vez, pelo desrespeito e o autoritarismo caracte-

rísticos do governo Serra com o servidor público.

A concentração das entidades representativas dos trabalhadores aconteceu na Praça Roberto Gomes Pedrosa, bem em frente ao estádio do São Paulo Futebol Clube. Em cima de um carro de som, dirigentes das organizações sindicais e associações expuseram durante alguns minutos as carências de cada categoria e, por volta das 14 horas, decidiram partir, com os servidores, para o

Palácio dos Bandeirantes. Porém, a Polícia Militar impediu que o caminhão de som acompanhasse a passeata.

Os organizadores da manifestação argumentaram com os policiais sobre a necessidade do caminhão para garantir a ordem da passeata, mas receberam como resposta que a ordem para barrar o caminhão foi dada diretamente pela Secretaria de Segurança Pública.

Revoltados com a atitude do governo, os servidores fecharam por cerca de duas horas as vias nas proximidades do Morumbi, causando congestionamento e confusão no trânsito. Mesmo após muita negociação foi mantida a inflexibilidade do governo Serra, e a passeata rumou, sem o caminhão de som, para a sede do Governo.

No Palácio dos Bandeirantes, os representantes sindicais foram recebidos pelo secretário de Gestão Pública, Sidney Beraldo. Além dos servidores públicos, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) também realizaram uma manifestação em prol de moradias dignas.

Contudo, o governador José Serra escapou do constrangimento de encarar os servidores e os sem teto. Serra estava em Brasília participando, com outros governadores da Região Sudeste, das discussões sobre violência e criminalidade, que por sinal aumentaram muito nos governos tucanos em São Paulo.



A manifestação ocorreu em frente ao Palácio dos Bandeirantes



Seis mil pessoas participaram do Encontro contra as reformas

Assojubs integra o Fórum Nacional Contra as Reformas

No final de março, representantes da Assojubs participaram do Encontro Nacional Contra as Reformas. O evento reuniu cerca de 6 mil pessoas, entre trabalhadores, estudantes e sindicalistas, no ginásio do Parque Ibirapuera. O encontro teve como objetivo organizar a luta contra as reformas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre elas a Universitária, a Previdenciária e a Sindical.

Neste encontro foi formado o Fórum Nacional Contra as Reformas, que reúne um amplo coletivo de trabalhadores de todos os setores da economia que serão afetados com as famigeradas reformas que estão por vir.

Os participantes também definiram o calendário de atuação do Fórum. No dia 1º de Maio acontecerá o primeiro ato. As classes trabalhadoras se manifestaram por todas as partes do Brasil demonstrando a sua indignação pela perda de direitos históricos conquistados com muito esforço.

Entre os dias 21 e 25 de maio acontecerá a semana de luta contra as reformas, tendo o dia 24 como a data Nacional de Luta e Mobilização Contra as Reformas. Para finalizar, em agosto, será realizado um ato em Brasília. O Fórum já pensa em outras manifestações que ainda serão definidas no decorrer do ano, mas, desde já, o Fórum incorporou como bandeiras de luta a campanha salarial dos servidores federais e estaduais, o Abril Vermelho do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Dia Nacional dos Aposentados.

O encontro não contou apenas com a presença de trabalhadores brasileiros. Como a luta contra o capitalismo que há anos está sugando e deixando em frangalhos a economia e a força de trabalho dos países da América Latina, representantes de entidades internacionais também se uniram à luta brasileira. A Central Obrera Boliviana (COB), a organização Batalha Operária, do Haiti e a Federação dos Trabalhadores Camponeses de La Paz, representaram outros trabalhadores da América na batalha contra a perda de direitos e os abusos ao trabalhador.



BB Crédito Veículo

O Banco do Brasil tem o financiamento na medida certa para você comprar o carro dos seus sonhos

Todo
seu



Sujeito a análise e aprovação cadastral

NA PRAIA

Calor, suor e muito esporte no Festival de Vôlei da Assojubs

Onze duplas disputaram o I Festival de Vôlei da Assojubs. Foram dois fins de semana de muito calor e disputas emocionantes. As disputas ocorreram no início de fevereiro.

As mulheres foram as primeiras a entrarem na quadra montada em frente à barraca da Associação, em um dia de muito sol, no José Menino.

A equipe 'As Bigs', formada por Yeda e Priscila, levou a melhor e ficou com a taça de campeã do Festival.

Após a primeira fase em que todas as equipes se enfrentaram, as duplas 'Antonias.com' (Isali e Alina) e 'As PC6°C' disputaram o ter-

ceiro lugar. A grande final foi disputada entre 'As Bigs' e 'As Oficiais LTDA' (Regina e Claudinéia).

Na disputa do 3º lugar, após uma primeira fase irregular, a dupla 'As PC6°C' se recuperou e bateu 'Antonias.com' por dois sets a zero, com parciais de 15/13 e 15/13.

Na grande final 'As Bigs' e 'As Oficiais LTDA' fizeram um jogo emocionante, mas a dupla formada por Yeda e Priscila levou a melhor por dois sets a um, com as parciais 15/11, 07/15 e 15/11.

Masculino

Uma semana depois da etapa

feminina, foi a vez dos homens mostrarem todas as suas habilidades com a bola de vôlei. Seis duplas lutaram pelo título do Festival, que ficou com Eduardo (Fórum de Santos) e Manoel (Fórum de Bertioga), que levantaram a taça sem perder uma partida sequer.

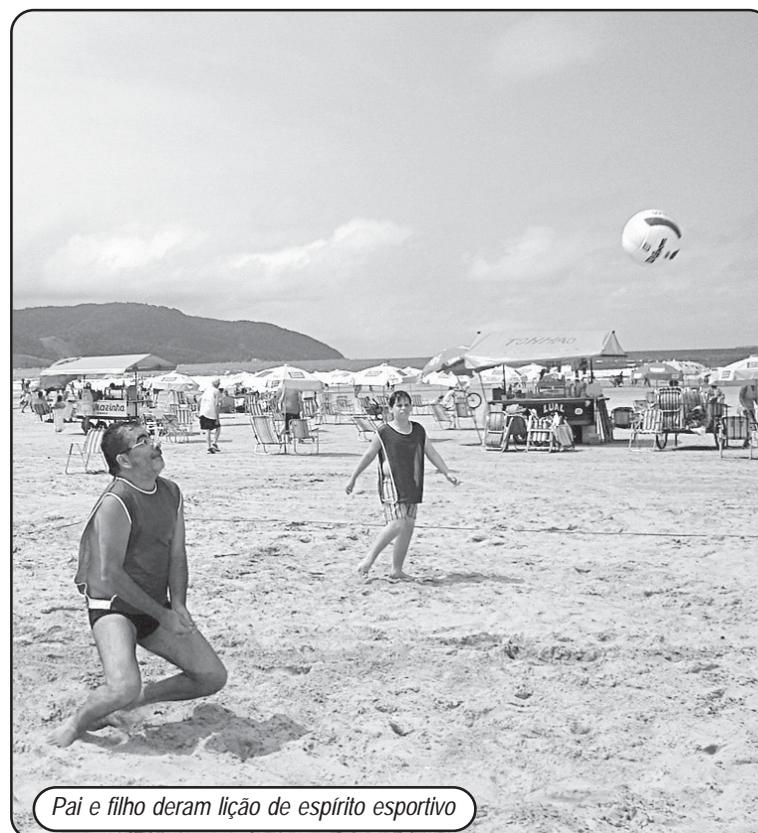
Apesar de não terem subido ao pódio, a dupla Gilberto (Fórum de Santos) e seu filho Lucas, de 12 anos, foi o destaque da competição. Mesmo perdendo todas as partidas, eles mostraram que o esporte é para todas as idades e confirmaram que as atividades esportivas promovidas pela Assojubs são destinadas para todos, sem exceção.

Na primeira fase as seis duplas se enfrentaram em partidas de um set de 21 pontos, as quatro melhores passaram para semifinal, que foram disputadas em três sets.

Na semi, Eduardo e Manoel derrotaram a dupla convidada Anderson e Diogo (Speedy Officer) por dois sets a zero. Na outra disputa, Rogério e Maurício (ambos do Fórum de São Vicente) venceram Laércio e Zé Carlos (Fórum de Santos) por dois sets a um, e também foram para a final.

Anderson e Diogo disputaram o terceiro lugar com Laércio, diretor de esportes da Assojubs, e Zé Carlos, e acabaram levando a melhor por dois sets a zero.

No final do Festival a diretoria deixou uma mensagem para os associados: "Agradecemos a todos os associados que participaram do Festival de Vôlei. Deixamos claro que o intuito desta diretoria é promover eventos sociais e esportivos que agreguem os funcionários e torne a nossa categoria mais forte para as lutas salariais e por melhores condições de trabalho".



Pai e filho deram lição de espírito esportivo



Debaixo de muito sol as meninas fizeram um belo campeonato



Os homens mostraram que também entendem de volêi

Classificação Masculino

- 1º Lugar - Edvaldo (Fórum de Santos) e Manoel (Fórum de Bertioga)
- 2º Lugar - Rogério e Maurício (Fórum de Santos)
- 3º Lugar - Anderson e Diogo (Speedy Officer)
- 4º Lugar - Laércio e Zé Carlos (Fórum de Santos)
- 5º Lugar - Reinaldo e Robson (Fórum de Santos)
- 6º Lugar - Gilberto e Lucas (Fórum de Santos - pai e filho)

Classificação Feminino

- 1º Lugar - Yeda (esposa do associado Manoel, do Fórum de Bertioga) Priscila (funcionária da Vara Acidentes do Trabalho)
- 2º Lugar - Regina (funcionária da Vara do Júri de Santos) Claudinéia (funcionária do Fórum de Cubatão)
- 3º Lugar - Ana (estagiária do 6º Criminal de Santos) Patrícia (funcionária do 6º Criminal de Santos)
- 4º Lugar - Isali (funcionária da Dicom/Santos) Alina (funcionária da 4ª Vara Criminal de Santos)
- 5º Lugar - Selma (Funcionária do 9º Cível de Santos) Rita (esposa do Associado Gilberto, da 11ª Cível de Santos)

HAWAÍ

Somos servidores, passamos todo o dia em meio a montanhas de processos. Nossas condições de trabalho não são as melhores possíveis. Então, por que não promover uma maior interação entre nós, companheiros do Judiciário? É pensando nisso que a Assojubs realiza suas festas e eventos. Muito mais do que algumas horas de descontração a Festa do Hawaí, promovida em fevereiro, possibilitou o convívio social e descontraído entre os servidores, fora do expediente de trabalho.

Foram mais de 200 pessoas, entre associados, familiares e convidados divertindo-se pacificamente em um ambiente de festa e amizade. Embalados pelo ótimo repertório de 'Lobão e Trio', o público que prestigiou a Festa dançou durante toda noite na sede da Associação, acompanhados de boa bebida e comida.

Objetivo dos organizadores da festa foi alcançado. "Nossa idéia foi a de unir mais as pessoas. Hoje, o pessoal sai do trabalho e se divide. Precisamos voltar com o contato entre os servidores do judiciário", ressalta Marcio Paiva, diretor de Atividades Sociais e Cultura da Assojubs.

O clima de festa dos servidores

Festa do Hawaí reúne mais de 200 pessoas

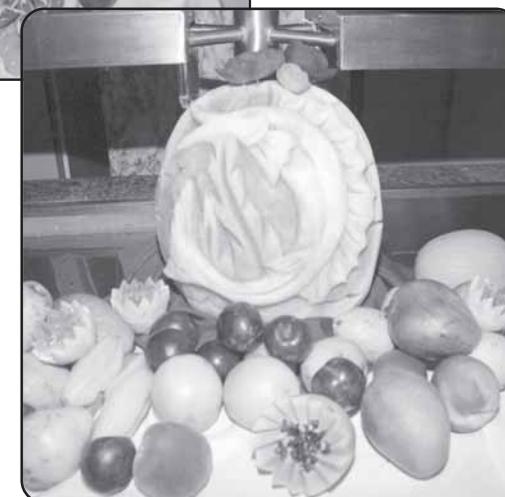
surpreendeu até quem já considera comum participar de grandes festas. O músico Lobão se animou com a energia do público e a alegria dos servidores que, ele classificou como de criança. "Parecia uma grande família. Não são em todos os lugares que vemos esta animação. Ainda mais para esses trabalhadores que

lidam na maioria do dia com problemas. Estamos felizes de entrarmos para esta família", afirmou Lobão.

Outros eventos devem acontecer ainda neste semestre. Por enquanto, os diretores já anunciaram a continuidade do 'Projeto Fim de Mês' e a possível realização de mais uma grande festa. Aguardem.



A decoração e o Lobão e Trio foram os destaques da grande festa



O Público se divertiu a noite toda

LATINOS

Servidor mostra a sua latinidade

Uma amostra de nossa latinidade foi dada na última sexta-feira de março. Mais de 200 pessoas dançaram ao som de ritmos caribenhos na sede da Assojobs, durante a primeira Festa da Latinidade.

Mais uma vez, a diretoria da Associação mostrou que é possível reunir os servidores em um ambiente descontraído e de paz. Em menos de dois meses foram duas grandes

festas com grande público.

Se na Festa do Hawaí o destaque ficou por conta da decoração e da música do Lobão e Trio, na Festa da Latinidade as marcas foram a boa qualidade do repertório do DJ Don César que em balou a festa e o professor de dança Elias - Academia AéroDança - à disposição para ensinar aos festeiros os passos dos mais variados ritmos que compõem a vasta e di-

versificada cultura latina.

Quem pensou que só as mulheres aproveitariam as aulas se enganou, muitos marmanjos tiraram uma casquinha do professor e ensaiaram alguns passos de tango.

A Festa da Latinidade foi mais uma demonstração de que, apesar de todos os problemas enfrentados no dia-a-dia, o servidor ainda é capaz de ser feliz e se divertir. Outras festas ainda melhores virão.



Em clima latino os servidores caíram na dança

DVD

Segunda-feira ao sol

A partir da década de 1980, com o início da rápida globalização do capital ocorrem mudanças profundas nas relações do trabalho.

Uma nova divisão internacional do trabalho acarreta impacto significativos em alguns setores industriais nos países capitalistas do Primeiro Mundo, como, por exemplo, Espanha e Reino Unido, e também nos países subdesenvolvidos como o Brasil e a Argentina.

Precarização do trabalho, perda de direitos trabalhistas, terceirizações, desemprego em massa e desemprego duradouro para grandes contingentes de trabalhadores, são as demonstrações aparentes dessa nova fase do capitalismo, marcada pela diminuição do trabalho humano nas indústrias e pela reconversão da produção.

O trabalho, e seu principal motor, o trabalhador, sofre uma des-

valorização brutal, forçando massas de ex-operários a buscar a sobrevivência no setor de serviços, ou aceitar a precarização de sua condição no mercado de trabalho.

Essas modificações criam um grande exército de reserva, termo utilizado para definir a massa de trabalhadores em idade economicamente ativa que esta fora do mercado, o que ocasiona diminuição dos níveis salariais, pois sempre há grandes quantidades de trabalhadores desempregados dispostos a assumir um determinado trabalho por um salário ainda menor do que o antigo ocupante da vaga. Portanto a regra econômica de que quanto maior o desemprego, menor serão os salários.

Na atual etapa do capitalismo global, os mercados financeiros ganharam importância exacerbada e a tecnologia criou uma sociedade onde o trabalho humano é substituível em grande escala, e onde as pessoas e serviços se conectam em

rede. Nesse cenário o trabalho industrial produtivo perdeu valor.

É nessa nova dinâmica da sociedade capitalista, com grandes massas de excluídos sociais, beirando a barbárie - a dessocialização violenta de massas numerosas da população - que transcorre o filme Segunda-feira ao Sol, do diretor espanhol Fernando Aranoa.

Em uma cidade costeira do norte da Espanha, um grupo de trabalhadores busca saídas para enfrentar a crise econômica, e suas consequências nas vidas pessoais, depois que o estaleiro em que trabalhavam fechou - e será vendido para a construção de um shopping center - e seus operários ficaram desempregados.

Entre conversas e discussões no bar e pequenas ocupações temporárias vão passando os dias e tentando recuperar a auto-estima.

Santa (Javier Bardem) se torna uma espécie de líder do grupo, por seu temperamento rebelde e auto-

suficiente, e reluta em admitir o fracasso. No entanto, seus companheiros já estão mergulhados no alcoolismo e nos dramas familiares.

Repare no trecho em que Santa conta a parábola da formiga e da cigarra, ao menino que esta cuidan-

do durante seu "bico" noturno: é impagável.

Segunda-feira ao Sol é um comovente relato sobre o desemprego e o descarte do trabalho humano em meio à essas políticas neoliberais.



Título Original: Las lunes al sol

Gênero: Drama

Direção: Fernando Leon de Aranoa

Ano: 2002

Duração: 113 min.

LIVRO

1984: O verdadeiro Big Brother

O título da obra de George Orwell se referia ao futuro, quando foi escrito em 1948.

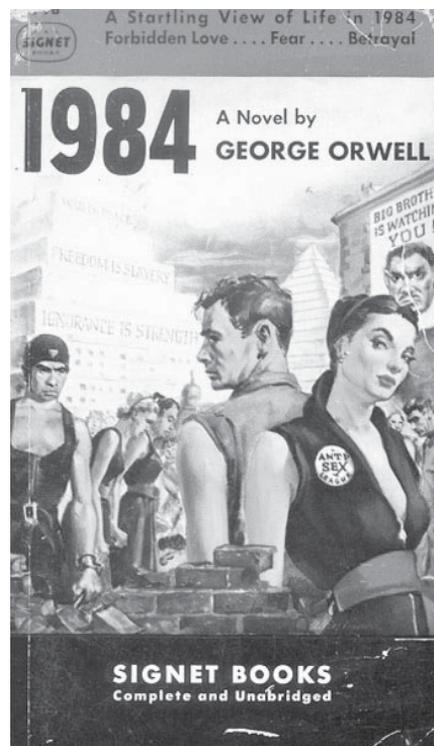
Após a Segunda Guerra Mundial, a visão que Orwell - autor de "Revolução dos Bichos" - fazia da humanidade neste futuro próximo era pouco animadora.

Um mundo dividido em três super blocos de países: a Oceania, que abrangia o que conhecemos hoje como o continente americano, a porção sul da África, a Austrália e a Inglaterra; A Eurásia, que seria o bloco do continente Europeu, mais a Rússia e parte da ex-URSS; e a Lestásia, o bloco formado por países que hoje são a China, Japão, Paquistão e parte da Índia.

Nesse mundo os três superblocos mantém uma guerra constante pelos territórios em disputa - partes da África e da Ásia - na qual as alianças e os adversários mudam também constantemente.

Inspirado na opressão dos regimes totalitários das décadas de 30 e 40 do século passado, o livro não se resume a apenas criticar o stalinismo, o nazismo, e o capitalismo, mas toda a nivelção da sociedade, que transforma o indivíduo em peça para servir ao estado ou ao mercado através do controle total, incluindo o pensamento e a redução do idioma.

A partir desse cenário bélico e sombrio, Orwell, narra, através do personagem principal, Winston Smith, a ansiedade, melancolia e as esperanças, de um homem que vive na Pista de Pouso nº 1 (nome da Inglaterra no romance), portanto na Oceania, que vive sob a égide de um totalitarismo, liderado pelo Ing-Soc (O partido), disfarçado de democracia, através da permanente recons-



trução da história e do passado.

Orwell descreve com brilhantismo a transformação da realidade, e a aceitação das massas, através da manipulação do pensamento individual comandada pela onipresença do Big Brother, o Grande Irmão, o líder absoluto do Partido, base e controle de toda a mídia.

Smith é membro do partido externo e funcionário do Ministério da Verdade. Sua função diária é reescrever e alterar dados da história, incluindo a história recente, de acordo com o interesse do Partido. Ele passa então a questionar a opressão que o Partido exerce sobre a população.

No mundo de 1984 quem pensa diferente comete a crimidéia (crime de idéia) de acordo com a novilíngua - nova lín-

gua. A implementação do plano de redução do vocabulário, que, sob argumentos de logística e economia, pretende de fato limitar a capacidade de comunicação entre os cidadãos e assim extinguir as possibilidades de questionamento ao Partido.

Quem comete a crimidéia é capturado pela Polícia do Pensamento e vaporizado.

Através de um complexo e gigantesco sistema de monitoramento por câmeras e retransmissores, todo e qualquer cidadão pode estar sendo vigiado e controlado 24 horas por dia em qualquer lugar, tanto nas ruas, nos edifícios como em suas próprias casas.

Desenvolve-se então uma trama intrincada e surpreendente, em que Winston em sua sede de conhecer a verdade, amar e se libertar do controle, percorrerá um caminho que o levará a se arrepender de ter questionado sua vazia existência.

Baseado no constante monitoramento surge então a inspiração para o atual "Big Brother" televisivo, reality show, duvidoso e alienante, que de certa forma cumpre o mesmo papel em que se baseou como entretenimento: controla a mente dos espectadores, seduzidos a assistir o programa, que por sua vez têm a falsa sensação de estarem controlando a vida dos participantes do programa.

A maior emissora brasileira de televisão dos últimos trinta anos, por exemplo, têm vasta experiência na área, conseguindo manipular e alterar inclusive os rumos econômicos e políticos do país durante esse período.

Se George Orwell não acertou em tudo, sua obra futurista também não errou tanto assim. Plim, Plim.

MÚSICA

Vossa Excelência Titãs

Composição: P. Miklos, T. Bellotto, C. Gavin

Estão nas mangas dos Senhores Ministros
 Nas capas dos Senhores Magistrados
 Nas golas dos Senhores Deputados
 Nos fundilhos dos Senhores Vereadores
 Nas perucas dos Senhores Senadores
 Senhores!
 Senhores!
 Senhores!
 Minha Senhora!
 Senhores!
 Senhores!
 Filha da Puta!
 Bandido!
 Corrupto!
 Ladrão!
 Sorrindo para a câmera
 Sem saber que estamos vendo
 Chorando que dá pena
 Quando sabem que estão em cena
 Sorrindo para as câmeras
 Sem saber que são filmados
 Um dia o sol ainda vai nascer
 Quadrado
 Isso não prova nada!
 Sob pressão da opinião pública
 É que não haveremos de tomar nenhuma decisão!
 Vamos esperar que tudo caia no esquecimento
 Aí então...
 Faça-se a justiça!
 Vamos arrumar vossas acomodações, Excelência.
 Filha da Puta! Senhores! Corrupto!
 Senhores! Bandido! Senhores! Ladrão!



EDUCAÇÃO

Assojubs firma convênios com instituições educacionais



Os convênios abrangem desde o ensino infantil até o superior

Pensando no desenvolvimento educacional de seus associados, a Assojubs vem buscando parcerias com universidades e escolas particulares a fim de conseguir benefícios para os servidores do judiciário.

Neste ano, a Associação firmou mais cinco convênios: três com universidades e dois com escolas do ensino Infantil, Médio e Fundamental.

Na universidade Santa Cecília

o associado da Assojubs têm descontos que vão de 18% a 33%, nos cursos superiores de longa e curta duração. Na Unimonte, os associados têm 15% nas mensalidades. Já na Universidade Metropolitana de Santos (Unimes) o desconto é de 5%, em todos os cursos.

Com objetivo de proporcionar o bem-estar dos filhos dos associados, a Assojubs também firmou parcerias com o Colégio Privilégio, de São Vicente, e o Liceu Santista.

Na escola vicentina o associado tem à disposição berçário, educação Infantil e ensino Fundamental com descontos de 20%. No Liceu Santista, uma das melhores escolas de Santos, o desconto também é de 20%.

Os associados que estudam na Unimonte e ainda não usufruem do benefício devem informar o nome na secretaria da Assojubs para que possa gozar do desconto no próximo semestre.

A V I S O S



Ticket Car

A Assojubs comunica a todos os associados usuários do convênio Ticket Car que a partir do dia 21 de abril as compras de combustível serão acrescidas da taxa de 5% sobre o valor da compra do combustível. Esta cobrança é referente aos encargos cobrados pela empresa Ticket, mais os custos administrativos da Associação.

Atualmente a Assojubs absorve a taxa cobrada pela a empresa que é de 4,72% sobre o valor da compra do combustível. Os outros 0,27%, que completam o total de 5%, são referentes aos custos que a Associação tem em taxas administrativas, Imposto Sobre Serviço (ISS) e Imposto de Renda.



10 KM A Tribuna

Os associados interessados em participar da corrida 10 KM A Tribuna devem efetuar a inscrição como Equipe Assojubs. É necessário informar a Associação o mais rápido possível para posterior reembolso e recebimento da camiseta da equipe. Informamos também que a equipe será formada por, no máximo, 80 atletas.



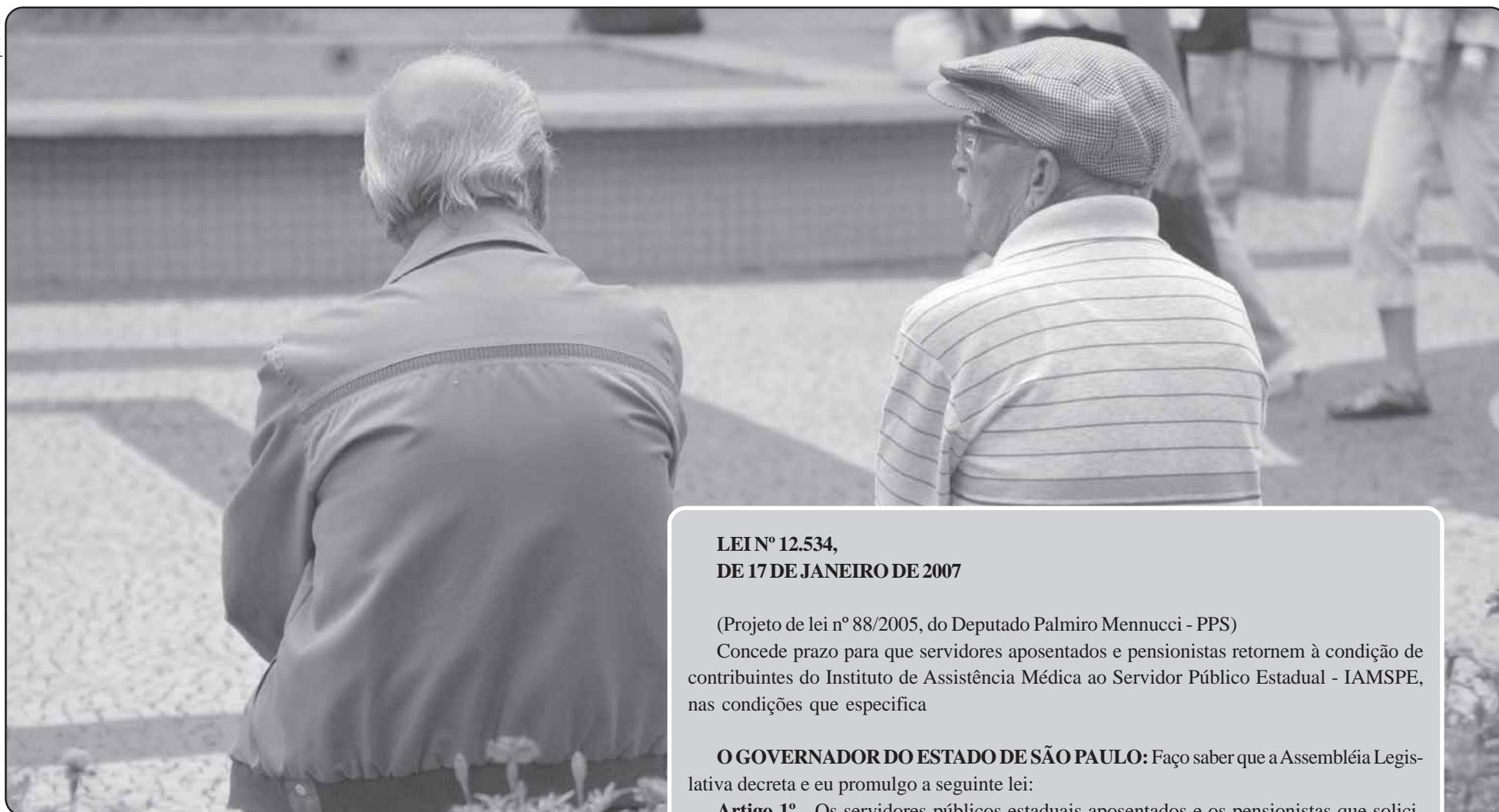
Ambulatório Dentário

A Assojubs informa que o Ambulatório Dentário da Associação realizará gratuitamente, entre os dias 20 de março e 21 de junho, limpeza dentária e aplicação de flúor infantil, para os associados. Os interessados devem agendar previamente o horário na sede da Assojubs ou pelo telefone 3223-2377.

APOSENTADOS

Aposentados podem voltar a contribuir com o IAMSPE

Arquivo DL



**LEI N° 12.534,
DE 17 DE JANEIRO DE 2007**

(Projeto de lei nº 88/2005, do Deputado Palmiro Mennucci - PPS)

Concede prazo para que servidores aposentados e pensionistas retornem à condição de contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, nas condições que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os servidores públicos estaduais aposentados e os pensionistas que solicitaram o cancelamento de sua inscrição junto ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, poderão, até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, requerer o seu retorno à condição de contribuinte daquele órgão.

Artigo 2º - Uma vez deferida a solicitação, e após o cumprimento de um período de carência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do deferimento, os servidores e pensionistas de que trata esta lei passarão a ter direito à assistência médica e demais serviços prestados pelo IAMSPE.

Artigo 3º - O retorno à condição de contribuinte do IAMSPE, depois de deferido o pedido, será irreversível.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em janeiro deste ano, a Lei 12.534/07 autorizou aos aposentados que solicitaram o cancelamento da sua inscrição junto ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) a se inscreverem novamente. O prazo para a inscrição dos interessados vai somente até 16/06/2007, e a efetivação deve ser feita junto ao próprio Instituto (os servidores inativos residentes no Interior poderão se dirigir ao CE-AMA mais próximo). São necessárias cópias simples do holerite e do

RG. Bom ressaltar que após o retorno, a condição de contribuinte é irreversível. Com o deferimento do pedido, há uma carência de 90 dias para que se possa gozar da assistência médica e demais serviços prestados pelo Instituto.

Bom lembrar que o IAMSPE possui um posto de serviço na nossa cidade, na Rua Vahia de Abreu, n.º 86. O telefone é (13) 3231 6569.

Os associados interessados podem procurar a assessoria jurídica da Assojubs, localizado na sede da Associação.

+ AVISOS

A Assojubs prorrogou o pagamento do convênio com a Osan para o próximo mês de setembro.

Informamos que o reajuste anual do plano de saúde Unimed Seguradora D e A ocorrerá no próximo mês de junho.

A ASSOJUBS comunica que conseguiu junto a UNIMED-Santos transferir o reajuste anual do plano UNILIVRE, que ocorreria em fevereiro, para o mês de setembro.

Informamos que os associados têm descontos especiais no atendimento médico com profissionais conveniados da Osan. A relação dos médicos pode ser retirada na sede da Assojubs.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO* tem muito mais vantagens com o Plano de Saúde UNIMED / ASSOJUBS

A ASSOJUBS possui parcerias que sempre proporcionam mais benefícios aos associados e suas famílias. Um desses benefícios é o convênio de assistência médica com a Unimed Santos, a maior e melhor operadora de planos de saúde da Baixada Santista, que apresenta uma modalidade de plano* de saúde em condições e preços especiais.



*Estatários e Funcionários
*Contrato coletivo por adesão

Confira as vantagens:

- A maior rede de recursos da região:
 - Mais de 1700 médicos cooperados;
 - Mais de 100 clínicas, laboratórios e serviços credenciados.
- Atendimento direto no consultório do médico cooperado.
- Atendimento de urgências e/ou emergências em nível nacional.

unipart

- Internações em quarto coletivo.
- Mensalidade reduzida, com cobrança de pequenas taxas, conforme a utilização (co-participação)

a partir de
R\$ 49,99

unilivre

- Internações em apartamento privativo.
- Sem cobrança de co-participação

a partir de
R\$ 99,50

Você ainda conta com:

- Assistência médica domiciliar - ADUS
- Transporte Médico aéreo-terrestre (remoção inter-hospitalar)
- Atendimento nacional em caso de urgência e/ou emergência
- Descontos em medicamentos na Drogeria Usimed
- Descontos especiais em tratamentos odontológicos (Através da UNIODONTO - Cooperativa Odontológica)

Carências diferenciadas por tempo limitado*

*Vide condições no contrato

Coberturas conforme o Rol de Procedimentos instituído pela ANS.

ANS nº 35.572-1

Hospitais

- Beneficência Portuguesa de Santos
- Casa de Saúde de Santos
- Hospital Infantil Gonzaga
- Hospital São Lucas
- Santa Casa de Santos
- Hospital São José
- Pronto-Socorro Ana Costa de Praia Grande*
*(somente atendimentos de emergência)

Serviços Diferenciados

Serviço de Medicina Física e Reabilitação: além do nível de excelência e os mais modernos recursos de fisioterapia, o serviço dispõe de atendimento em reabilitação, desenvolvido sob a coordenação e supervisão de médicos especialistas nesta área, os fisiatras.

Assistência Domiciliar - ADUS: quando indicada por médico cooperado, proporciona comodidade, através de uma equipe de profissionais, garantindo ao paciente toda a assistência necessária, no conforto do lar e com a participação dos familiares.

Ambulatório de Apoio ao Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Arterial e do Diabetes: através de um conjunto de ações em Medicina Preventiva, os usuários podem cadastrar-se gratuitamente e realizar o permanente monitoramento de sua saúde.

Programa de Prevenção da Deficiência Auditiva em Recém-Nascidos: avaliação do bebê, através de fonoaudióloga, que verifica eventuais riscos de distúrbios auditivos, oferecendo uma retaguarda médica em otorrinolaringologia, para que o bebê receba o tratamento mais adequado.

Valores***

Faixa Etária	unipart Padrão de Conforto: Quarto coletivo			unilivre Padrão de Conforto: Apartamento		
	Titulares e Dependentes	Agregados	Δ%**	Titulares e Dependentes	Agregados	Δ%**
até 18 anos	49,99	61,62	---	99,50	127,46	---
de 19 a 23 anos	52,59	64,83	5,21%	104,68	134,10	5,21%
de 24 a 28 anos	59,88	73,81	13,86%	119,19	152,69	13,86%
de 29 a 33 anos	63,53	78,30	6,09%	126,45	161,99	6,09%
de 34 a 38 anos	73,42	90,49	15,57%	146,14	187,21	15,57%
de 39 a 43 anos	86,43	106,88	17,73%	172,04	220,40	17,73%
de 44 a 48 anos	129,65	159,80	50,00%	258,06	330,59	50,00%
de 49 a 53 anos	159,33	196,39	22,89%	316,80	406,26	22,89%
de 54 a 58 anos	197,35	243,25	23,86%	392,81	503,20	23,86%
59 anos ou mais	299,43	369,06	51,72%	595,97	763,44	51,72%

**Ajustes por faixa etária.

QUADRO DE VALORES OU PERCENTUAIS

Procedimento	Co-Participação	Límite
Consulta	R\$ 5,00 por consulta	
Exames de 5 a 150 UTVs	30%	R\$ 5,00 por exame
Exames de 151 a 250 UTVs	30%	R\$ 15,00 por exame
Exames a partir de 251 UTVs	30%	R\$ 30,00 por exame
Internação	R\$ 50,00 por internação	

Vendas:

Av. São Francisco 276/278
Tel/Fax. 3223.2377 / 3223.5278
www.assojubs.com.br

JRB&B
Corretora de Seguros

(13) 4009-8200 - www.jrb.com.br